

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada no período de 18 e 19 de setembro de 2025, no Auditório da Presidência da República, localizado no Anexo I do Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF . A 8ª Reunião Ordinária do Condraf contou com a presença das conselheiras e conselheiros da sociedade civil e gestão pública e demais convidados, conforme assinatura em lista de presença, e teve a seguinte pauta: **1.** Mesa de Abertura - Conjuntura Internacional da Agricultura Familiar; **2.** Importância estratégica da pesquisa agropecuária relacionada à Agricultura Familiar; **3.** Informes: Congresso Brasileiro de Agroecologia e Encontro de Monitoramento das Redes Apoiadas pelo Programa Ecoforte; Arranjo Interconselhos – Condraf, CNAPO, Consea e CNES; e 3ª CNDRSS – Atualizações e Informes Gerais; **4.** Plataforma Contrata Mais, Grupo Gestor do Programa de Aquisição Alimentos; **5.** Informes dos Comitês Permanentes; **6.** Informes e Balanço sobre o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO; **7.** Pauta deliberativa do Condraf - (1) Eleição da nova mesa diretora e 2ª vice-presidência do Condraf - revisão das representações do Condraf em outros colegiados e na COM; (2) Homologação/revalidação de territórios rurais encaminhados pelo Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial; (3) Enviados do Condraf para o CBA (4 nomes); (4) Outros Encaminhamentos da Reunião Ordinária. O senhor Secretário-Executivo Samuel de Albuquerque Carvalho iniciou sua fala agradecendo a presença de todas as pessoas presentes e chamando à mesa de abertura a Exma. Sra. Ministra em Exercício do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar Fernanda Machiaveli, o representante da sociedade civil na Mesa Diretora Jaime Conrado de Oliveira e o conselheiro pela Psatorial da Juventude Rural Helson Alves. Em seguida fez uso da palavra o senhor Jaime Conrado, que cumprimentou os integrantes da mesa e todos(as) os(as) conselheiros(as) da sociedade civil e gestores(as) públicos(as). Posteriormente, o conselheiro Helson Alves enfatizou a participação das mulheres e juventudes rurais, além dos Povos e Comunidades Tradicionais, segmentos de muita importância na AF brasileira. Em seguida, a Exma. Sra. Fernanda Machiaveli fez menção honrosa à organização da Conferência Temática de Emergência Climática, Agricultura Familiar e Transição Agroecológica, com especial cumprimento ao trabalho realizado pelas equipes da Secretaria-Executiva do Condraf, do Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas - DAMEI e da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Destacou a consistência do evento e a relevância de seus resultados, dando ênfase à elaboração de Carta à COP30. **1. Mesa de Abertura Conjuntura Internacional da Agricultura Familiar.** A primeira mesa teve início com o senhor Secretário-Executivo Samuel Carvalho convidando à mesa Mariana Carrara (SE/MDA), Igor Teixeira (Coordenador de Integração Regional da Assessoria de Assuntos Internacionais do MDA) e Marcos Vinicius Nunes (Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag). Mencionou ainda que a senhora Cláudia Cascais (2ª Vice-Presidente do Condraf) foi inspiração para essa mesa ao ter sugerido tema. Mariana Carrara (SE/MDA) iniciou os trabalhos da mesa, com uma apresentação intitulada *Oportunidades e Desafios em Tempos de Tarifaço*. Entre os pontos abordados durante a apresentação, destaca-se as medidas tomadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos para formação de estoques, em especial para o mel, Castanha-de-Caju e Castanho-do-Brasil. Foi citado ainda que 75% do mel brasileiro provém da AF, com 35% da sua produção sendo exportada para os Estados Unidos da América (EUA). Com

relação à Castanha-do-Brasil, a sua produção encontra-se fortemente concentrada na Região Norte, com 41% da sua produção exportada para os Estados Unidos. Com relação às frutas, mencionou-se que a AF contribui com 28% da produção da manga Tommy Atkins, com os EUA representando 14% do destino das exportações. Mencinou-se ainda o Açaí, um produto com uma expressiva participação da AF (79%), mas com um percentual pequeno de exportação para os EUA. A oradora em questão finaliza sua exposição listando as providências tomadas em meio às adversidades impostas pelas sanções comerciais dos EUA, dentre as quais a Resolução GGPA N° 23, de 27 de agosto de 2025, que assegura apoio emergencial às organizações da AF exportadoras atingidas pelas tarifas impostas ao Brasil pelos EUA em 2025 e medidas para a diversificação dos mercados externos (Ásia, Europa e Oriente Médio). Samuel Carvalho fez breve comentário da importância do exposto e passou a palavra para Igor Teixeira (Coordenador de Integração Regional da Assessoria de Assuntos Internacionais - MDA). O expositor em questão iniciou a sua fala mencionando que o MDA teve um papel importante na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF, pese as dificuldades enfrentadas durante a anterior gestão sob mando da Argentina, marcada pela tentativa de esvaziamento deste espaço institucional e multilateral. Destacou ainda os grupos de trabalho de Agroecologia, Gênero e Mudança Climática, além de lembrar que foi realizada uma reunião em setembro, assim que o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore (PPT), ocasião em que os países do Mercosul ampliado e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica firmaram o documento intitulado Carta de Manaus, com presença do Ministro de Estado do MDA Paulo Teixeira e a Secretária-Executiva Fernanda, além dos demais representantes de governos, organismos internacionais e organizações de agricultores familiares do Mercosul e da OTCA. Adicionalmente, foram mencionados outros relevantes projetos da REAF, como curso de formação de lideranças, intercâmbios de agroecologia entre países participantes, além do diálogo político regional sobre a AF nesses países. Ao final da fala, sugeriu que fossem compartilhadas a ata da última reunião e a Carta de Manaus aos/as conselheiros/as do Condraf. Em seguida, Samuel Carvalho destacou a importância do fortalecimento de relações internacionais pautadas pelo multilateralismo, além da necessidade de se reorganizar a ordem mundial em meio à deterioração das relações multilaterais resultante das hostilidades provocadas pelo governo Trump. Posteriormente, passou a palavra para Marcos Vinicius Nunes (Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag), que ressaltou a centralidade das temáticas até então debatidas, especialmente no que tange às agressões promovidas pelo governo Trump contra a soberania brasileira. Encerradas as falas dos integrantes da mesa, Samuel Carvalho inscreve os presentes para as apreciações sobre a apresentação. Entre as pessoas presentes, primeiramente foram abordados temas como a educação continuada e intercâmbios no âmbito da REAF além de questionamentos sobre maneiras concretas de ampliar a educação continuada. Ressaltou-se a importância do pescado na merenda escolar como fonte de proteína, uma demanda que os(as) pescadores(as) artesanais têm imensa dificuldade em emplacar junto ao governo federal, embora já haja compras públicas de grandes produtores de tilápia para o abastecimento de escolas. Ainda sobre o tema, também foram salientados os desafios associados à habilitação sanitária dos produtos provenientes da AF. Em sequência, foi feito um breve debate sobre a produção de tabaco, mais especificamente sobre a sua parcela oriunda da AF. No âmbito do comércio exterior, fizeram-se reflexões sobre a importância da economia brasileira

direcionar as suas exportações e aprofundar relações econômicas com o Sul Global, em especial com os países que compõem os BRICS, além de repensar os modelos de produção agropecuária com vistas a uma transição agroecológica marcada pela redução da emissão de Gases de Efeito Estufa. Adicionalmente, mencionou-se o exemplo da exportação da manga produzida no Vale do São Francisco, atividade produtiva altamente marcada pela forte presença da agricultura empresarial. Sobre tal tema, o senhor Secretário-Executivo Samuel Carvalho sugeriu como encaminhamento que os aspectos geoeconômicos e geopolíticos acerca do escoamento internacional da produção da AF brasileira sejam debatidos no âmbito do Comitê Permanente de Assuntos Internacionais (CPAI) do Condraf. Sobre a educação continuada e o fornecimento de pescado artesanal para a merenda escolar, propôs que os assuntos sejam aprofundados, respectivamente, no âmbito do Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas e do Comitê Permanente de Abastecimento, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O debate continua com um chamado à importância dos/as conselheiros/as do poder público participarem ativamente das Reuniões Ordinárias do Condraf. Conforme debatido no pleno, não lhe parece razoável que conselheiros/as da sociedade civil se desloquem de seus territórios até Brasília para debater as questões estratégicas da AF entre si. Considerou-se, portanto, um desrespeito com a sociedade civil organizada que os conselheiros/as do poder público não tratem como uma prioridade a sua participação nas Reuniões Ordinárias, o que seria fundamental para que ouvissem em primeira mão as principais demandas dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil a partir do diagnóstico da execução das políticas públicas nos territórios. Além disso, reforçou-se que as tensões geopolíticas devem ser analisadas para além de questões comerciais. Conselheiros(as) interpretam que o “tarifaço” contra o Brasil não se trata apenas de uma represália comercial, especialmente se considerada a atual conjuntura internacional de emergência de novas potências econômicas, comerciais, industriais e militares. Feitas estas considerações, salientou-se a importância de se debaterem questões estratégicas de longo-prazo para a AF em espaços de participação como o Condraf, com especial foco em produção, abastecimento, assistência técnica e extensão rural. Também houve uma menção crítica ao fato de que a maquinização e o apoio à especialização da AF têm sido feitos com foco em determinadas culturas, o que gera a reprodução de um modelo produtivo análogo ao agronegócio. Após as colocações e debates realizados no primeiro horário da manhã, o senhor Secretário-Executivo Samuel Carvalho deu como terminada a parte da manhã da reunião ordinária, solicitando o retorno para o pleno às 14 horas.

2. Importância estratégica da pesquisa agropecuária relacionada à Agricultura Familiar, Clenio Pillon (Diretor-Executivo de Pesquisa e Inovação da Embrapa). O Sr. Clenio Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi convidado a realizar uma apresentação sobre a importância estratégica da pesquisa agropecuária relacionada à AF. O palestrante iniciou sua fala destacando a Agricultura Familiar (AF) como eixo estratégico permanente da Embrapa, alinhado às diretrizes do Governo Federal. A exposição estruturou-se em cinco tópicos centrais – Contexto Institucional, Agenda Estratégica de PD&I, Resultados Concretos para a AF, Soluções Tecnológicas e Iniciativas Estruturantes. No primeiro deles, o Contexto Institucional, foi apresentada a capilaridade da Embrapa, que conta atualmente 43 unidades de pesquisa e 14 unidades administrativas, além de presença internacional com 3 laboratórios no

exterior (Labex) e uma força de trabalho de 7.556 empregados. Com relação à Agenda Estratégica de PD&I, foram elencados os cinco eixos norteadores da pesquisa na Embrapa, sendo eles a Revolução Sustentável, a Transição Nutricional e Saúde Única, a Transição Energética e Mudanças Climáticas, Inclusão Socioprodutiva e Digital no Campo e a Vanguarda Científica e Tecnológica em Ciência Tropical. Adicionalmente, foi explicado que os projetos são organizados em portfólios temáticos estruturados a partir dos Objetivos Estratégicos da Embrapa (ex.: Bioeconomia, Transformação Digital, Agroecologia) derivados dos Objetivos Estratégicos da instituição. Relativamente aos Resultados Concretos para a AF, destacaram-se números significativos: 326 projetos em execução diretamente relacionados à AF e Inclusão Socioprodutiva; 159 ativos tecnológicos desenvolvidos entre 2014 e 2023, sendo 39% produtos, 30% práticas agropecuárias e 15% processos; 549 contratos e parcerias firmados para transferência de tecnologias. Em sequência, listou as Soluções Tecnológicas desenvolvidas pela Embrapa, com destaque para adaptações e uso pela AF, incluindo Mecanização Adaptada - catálogo de máquinas para AF com 52 máquinas lançadas e iniciativas como o concurso INOVAMAG para incentivar inventores - e Bioinsumos - 301 projetos em execução, resultando em 441 bioinsumos desenvolvidos, 51 dos quais já disponíveis no mercado. Entre as Tecnologias Sociais, foram mencionadas a divulgação de soluções de baixo custo e alto impacto, como as Barraginhas, o Sisteminha e os Quintais Orgânicos. No que diz respeito às Iniciativas Estruturantes, foram mencionadas a Plataforma Povos Indígenas (plataforma com foco em saúde e segurança alimentar em territórios indígenas); Recupera Rural RS (ação emergencial e estruturante para recomposição agroprodutiva no Rio Grande do Sul com atendimento a 2,5 mil agricultores); Democratização da Genética - incluindo o Programa "Arroz da Gente" (5.000 agricultores) e compromisso com modelos simplificados de acesso a cultivares; Fortalecimento das Mulheres Rurais (incluindo o Observatório Mulheres Rurais do Brasil, cursos e parcerias com ONU Mulheres e FAO); e, por fim, as ações estruturantes de ATER, que incluem expansão da plataforma ATER+ Digital (17 hubs temáticos e mais de 21 mil acessos/mês) e consolidação de redes temáticas, como a Rede Ater Leite. Após a exposição, abriu-se espaço para debates. Os conselheiros parabenizaram a Embrapa pela agenda apresentada e reforçaram a importância da articulação contínua entre a pesquisa da Embrapa e as políticas públicas de AF e da ampliação do acesso às tecnologias democratizadas, especialmente sementes e bioinsumos. No primeiro bloco de perguntas, focadas nas atuais políticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa, perguntou-se inicialmente quais seriam os planos estratégicos da instituição com relação ao uso de sementes crioulas, à centralidade das mudanças climáticas e ao protagonismo da juventude rural nas tomadas de decisão. Reconheceu-se a importância da Embrapa no desenvolvimento de iniciativas científicas e na democratização do conhecimento, o que tem se verificado a partir de uma mudança de paradigma da direção da instituição. Em sequência, destacou-se a relevância da Embrapa na sociedade brasileira enquanto polo produtor de conhecimento, mas foram apontados os desafios na democratização e difusão de informações verossímeis e cientificamente comprovadas. Se a população rural do campo não tiver acesso a estas informações, termina por ficar exposta a charlatanismo difundido por meios virtuais. Em resposta ao primeiro bloco, o expositor agradece e relata a Embrapa tem buscado construir relações mais dialógicas a partir das experiências e realidades das organizações da sociedade civil e dos territórios, visando superar o distanciamento histórico que existe entre os espaços de produção

científica e a sociedade civil organizada. Em seguida, no segundo bloco de perguntas e apreciações, comentou-se que, para que se fale em Bem Viver, é preciso que as pesquisas do Embrapa estejam direcionadas para a redução do uso de agrotóxicos na produção agrícola e mude o seu foco rumo à Agroecologia. Em sequência, reconheceu-se a mudança de paradigma da instituição e celebraram-se as iniciativas da instituição, embora também tenha se ressaltado que historicamente as suas pesquisas estiveram tendencialmente alinhadas aos interesses dos grandes produtores rurais. Adicionalmente, reforçou-se que os/as camponeses/as, agricultores/as da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais também são cientistas, pesquisadores/as e produtores/as de ciência e tecnologia, na medida em que realizam experimentações empíricas e aplicam conhecimentos teóricos em suas produções agrícolas. **3. Informes: Congresso Brasileiro de Agroecologia e Encontro de Monitoramento das Redes Apoiadas pelo Programa Ecoforte; Arranjo Interconselhos – Condraf, CNAPO, Consea e CNES; e 3ª CNDRSS – Atualizações e Informes Gerais.** Dando seguimento à sequência de apresentações, foi convidada a compor a mesa a Senhora Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) Patricia Dias Tavares, quem fez uma apresentação acerca do andamento dos trabalhos do Arranjo Interconselhos composto pelo Condraf, CNAPO, o Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Inicialmente, a expositora em questão relatou o histórico e os avanços da articulação entre os colegiados, iniciada a partir de demanda do plenário da CNAPO, destacando o seu Objetivo Central, isto é, mapear ações, identificar convergências e estabelecer planejamento conjunto para fortalecer políticas de promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos. Segundamente, foram listadas as convergências estratégicas em termos temáticos entre os colegiados, que incluem a Segurança e Soberania Alimentar (identificada enquanto principal convergência entre os colegiados), o Papel da Agroecologia (e mais especificamente a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis) e a Incidência Articulada (visando somar forças nas políticas públicas estratégicas). Em sequência, foram descritos os Planos Nacionais Prioritários e comuns a todos os colegiados: PLANAPO 2024/2027 (Agroecologia e Produção Orgânica), PLANSAN 2025/2027 (Segurança Alimentar e Nutricional) e PLANBAB 2025/2028 (“Alimento no Prato”). Por fim, foi detalhada a trajetória e cronologia das ações de colaboração entre os colegiados: lançamento da colaboração institucional (agosto de 2024), primeiras reuniões para elaboração do plano de trabalho (setembro de 2024), levantamento de dados e metodologias para monitoramento participativo (outubro de 2024), 26ª Reunião da CNAPO com foco no sistema de monitoramento integrado (dezembro de 2024), oficina de validação das bases do modelo de monitoramento participativo e coleta de contribuições regionais em Juazeiro/BA (fevereiro de 2025), oficinas de incidência para o Plano Safra (abril de maio de 2025), reuniões técnicas com Fiocruz e CET/UnB para consolidação do sistema de monitoramento (junho e julho de 2025). Por fim, foi apresentado o planejamento futuro com as propostas para a continuidade dos trabalhos, incluindo: a manutenção de contatos periódicos entre secretarias executivas, o mapeamento de incidências conjuntas (Plano Safra, orçamento, emendas), a utilização de instâncias de articulação existentes (GTs, comissões) e a elaboração de um calendário conjunto a partir de outubro/2025. Em seguida, o senhor Paulo Petersen, representante da Associação Nacional de Agroecologia (ANA) na Mesa Diretora da CNAPO e enviado especial da agricultura familiar para a COP30, ressaltou

que a interação entre os órgãos colegiados tem se dado a partir de iniciativas concretas, destacando as atividades listadas na apresentação. As Secretarias-Executivas dos conselhos têm demonstrado interesse em construir uma articulação institucional e política, o que tem sido muito positivo do ponto de vista das iniciativas interconselhos. Não havendo mais nada a acrescentar, o primeiro dia de trabalhos foi dado por encerrado pelo Senhor Secretário-Executivo do Condraf Samuel Carvalho. **4. Plataforma Contrata Mais, Grupo Gestor do Programa de Aquisição Alimentos.** No segundo dia da reunião (19 de setembro de 2025), o Senhor Secretário-Executivo Samuel Carvalho abriu os trabalhos com o item 4 da pauta. Para este momento, mesa foi composta por Bárbara Bueno (Gerente de Projetos do Instituto Jataí), Levi Duarte dos Santos (Diretor-Adjunto da Central de Compras do MGI / Grupo Gestor do PAA) e Roseli Zerbinato (Coordenadora Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos – SEAB/MDA). A seguir, a mesa fez uma apresentação acerca da Plataforma Contrata Mais, uma solução inovadora e gratuita para conectar compradores públicos e fornecedores, com foco na geração de emprego e renda por meio de negócios locais. Além disso, destacou-se que o objetivo da Plataforma é simplificar e agilizar as contratações públicas, tornando-as um motor para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, tendo como público-alvo os Estados, municípios, micro e pequenos empreendedores, agricultores familiares e entidades representativas. Relativamente ao seu funcionamento, a Plataforma é 100% digital, sem taxas, com integração a sistemas como SICAF, CAF e CadÚnico. Além disso, conta com módulos em operação que incluem serviços de manutenção e pequenos reparos (MEI) (lançado em fevereiro de 2025 no Encontro Nacional de Prefeitos). Sobre o tema, salientou-se que há outros lançamentos previstos: Lançamento 2 (Chamada Pública PAA Compra Institucional seguindo Lei 14.268 e Resolução GGPA n°21, de 2025 e o Edital de Aquisições Gerais de Alimentos seguindo a Lei n° 14.133) e Lançamento 3 (Chamada Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar seguindo a Lei n° 11.947). Com relação aos resultados obtidos, o orador ressalta que em 275 dias de funcionamento houve 912 órgãos públicos cadastrados (média de 4 adesões/dia), 5.671 fornecedores inscritos (26/dia), 2.182 oportunidades publicadas (9/dia) e R\$ 4,9 milhões contratados (R\$ 700 mil/mês). Finalizada a apresentação, o Sr. Secretário-Executivo abriu o momento para intervenções dos(as) conselheiros(as). Foi destacado que a digitalização é um caminho sem volta, mas pode ser um processo excludente para a agricultura familiar, especialmente para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). É fundamental que os sistemas incluam e não excluam. Questionou-se se, sem assistência técnica, o agricultor conseguirá utilizar a plataforma. Também foi levantada a questão sobre quem são os verdadeiros parceiros da agricultura familiar. Sugeriu-se a realização de um piloto da plataforma, mencionando que o Comitê de Abastecimento poderia discutir o sistema de forma integral, por meio de um dia de trabalho ou oficinas. Por fim, afirmou-se que em um ou dois anos será possível ter o sistema implementado no território. Em seguida, foi reforçado que o Condraf é um espaço deliberativo, e não apenas informativo. Foi questionado como a plataforma poderá efetivamente conectar os processos e funcionar na prática dentro dos territórios. Outra participante destacou que novidades geram estranheza e que, para avançar com as políticas públicas, é preciso considerar as dificuldades de acesso, como as vividas com o PAA. A "plataformização" da vida pode revelar e aprofundar exclusões, lembrando que o acesso à internet não é uma realidade em todo o Brasil, sendo um problema que precisa ser resolvido com o poder público. Foi também questionado como o MEI se

integrará a essa proposta. Em seguida, uma pessoa representante da Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social mencionou a importância do aprendizado mútuo dentro do sistema e do governo. Frisou-se que, pela lei, pelo menos 30% das compras institucionais devem ser da agricultura familiar, mas atualmente cada órgão age de forma independente, sendo necessária uma uniformização. Reconheceu-se resistências e que o sistema ainda não foi lançado, salientando que a falta de dados atualizados do PNAE desde 2022 é um problema que precisa ser pressionado junto aos órgãos. Apesar das dificuldades, avaliou-se que houve avanços. Outra intervenção partiu das falas anteriores para destacar que a capacidade de comprovar a produção e a comercialização é uma forma importante de argumentação perante o poder judiciário em casos de conflitos no campo. Por fim, foi relatada a experiência com o CAF, onde a adesão ao cadastro ocorre gradualmente. Nos programas PAA e PNAE, muitas vezes o responsável na prefeitura prioriza conhecidos, não cadastrando todos os agricultores familiares, sendo crucial que a renovação chegue de fato à ponta. A conclusão do cadastro seria um avanço significativo, conforme experiência em cooperativa. Não havendo mais nada a agregar sobre esse ponto em específico, o Sr. Secretário-Executivo propôs seguir para o próximo ponto. **5.**

Informes dos Comitês Permanentes. 1) Comitê Permanente de ATER (CPATER) Foram apresentadas atualizações sobre os avanços para uma futura criação do Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural (SUATER). Informou-se que uma minuta de lei para a discussão, estruturação do SUATER está atualmente em tramitação na Casa Civil. Foi reforçada a realização da Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural, integrante da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), programada para os dias 02 a 04 de dezembro de 2025. O tema será "Assistência Técnica e Extensão Rural fortalecendo o Bem-Viver" e o lema, "Agenda Estratégica de ATER para Territórios Sustentáveis, Agroecologia e Alimentos Saudáveis". Com relação ao público, o quantitativo definitivo de participantes será estabelecido na reunião da Comissão de Organização, agendada para o dia 22 de setembro de 2025. Foi proposta, no entanto, a garantia de representação para os seguintes segmentos: beneficiários da política de ATER; organizações prestadoras de serviços de ATER; financiadores e gestores da política de ATER; instituições de ensino e pesquisa. **2)** Comitê Permanente de Cooperativismo, Agroindústria e Inclusão Sanitária (CPCAIS). Foi realizado o evento "Cooper+ Brasil" na semana anterior, que contou com a participação de 400 organizações da Agricultura Familiar e associações. Durante o evento, foi lançado um edital com prazo de 40 dias para as ações do programa "MAIS GESTÃO", destinado a cooperativas. **3)** Comitê Permanente de Mulheres Rurais (CPMR). A representante comunicou que a Conferência Setorial de Mulheres Rurais está agendada para os dias 29 a 31 de outubro de 2025, em Brasília/DF, no Centro Cultural Banco do Brasil. Destacou os trabalhos dos grupos de trabalho preparatórios e agradeceu pelos avanços alcançados. **4)** Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CP-PCT). Os representantes do Comitê apresentaram informações muito relevantes sobre a Conferência Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorrerá de 01 a 03 de outubro de 2025, em Brasília. Na sétima reunião do Comitê, foram definidos os critérios de participação para o evento, estabelecendo um público de 200 pessoas. O regulamento interno da Conferência, aprovado em reunião de agosto, foi encaminhado para análise do setor Jurídico. Em seguida, foi apresentado o logo oficial da Conferência, considerado a representação dos 28 segmentos de Povos e Comunidades

Tradicionais. Por fim, foi exibido o formulário "Vozes Jovens pelo Clima – Questionário Preparatório para a COP30", ação de grande relevância para o desenvolvimento rural sustentável. **5) Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial (CPDT).** Foi proposta a retomada da marca "Territórios de Cidadania", original do MDA, para as divulgações nas redes sociais, visando construir uma identidade coletiva e fortalecer a relação com outros territórios. Em seguida foi apresentado o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PNDTS). **6) Comitê Permanente da Juventude (CP-JUV).** O representante em questão. Foram realizadas duas reuniões para tratar da entrega do Plano Safra e da avaliação da Conferência Setorial. A avaliação do Comitê foi considerada um sucesso, com a presença de 40 organizações, que indicaram, por sua vez, um representante cada, totalizando 40 delegados para a Conferência Nacional. O Comitê, que possui cadeiras no grupo gestor, definiu a criação de um Grupo de Trabalho para debater o Plano Nacional de Juventude no âmbito da Plenária. Por fim, foram feitas atualizações acerca do andamento da adesão de municípios e estados ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e sobre o curso de formação em Extensão Rural, a ser realizado em parceria com a FLACSO, na modalidade híbrida, com duração de dois a três meses.

6. Informes e Balanço sobre o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. O Sr. Secretário-Executivo do Condraf convidou à mesa a Sra. Maria do Socorro Silva, Diretora de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (MEC), para proferir apresentação sobre o Novo PRONACAMPO. A Sra. Maria do Socorro Silva iniciou sua exposição contextualizando a trajetória histórica da Educação do Campo, destacando marcos normativos e conquistas do movimento social, desde o Manifesto dos Educadores da Reforma Agrária em 1997 até a recente Resolução CNE nº 538/2025, que institui o Novo PRONACAMPO. Em seguida, apresentou dados do Censo Escolar de 2024 sobre a realidade das escolas do campo, evidenciando a existência de 48.822 escolas do campo, que correspondem a 27,2% do total de escolas do país, com 58,6% destas funcionando em regime de turmas multisseriadas, totalizando 28.642 escolas. Foram também destacados os graves déficits de infraestrutura, como a ausência de biblioteca em 79,8% das escolas, falta de laboratório de informática em 84,7%, e carência de recursos de acessibilidade em 57,6% dos estabelecimentos. A palestrante chamou a atenção para o fechamento de 20.471 escolas na última década (2013–2024) e para o fato de que 20% dos professores atuantes nessas localidades não possuem ensino superior. A exposição estruturou-se em seguida na apresentação dos seis eixos centrais do Novo PRONACAMPO. No eixo referente à Formação de Professores, foi detalhada a estratégia de ampliação de licenciaturas, especializações, mestrados e programas como o Escola da Terra e o PARFOR Equidade. Sobre o Programa Nacional de Multisseriação (ProMulti), foram explicadas as diretrizes curriculares, a produção de materiais pedagógicos específicos e os mecanismos de avaliação adaptados às turmas multisseriadas. No eixo de Currículo e Material Didático, a Sra. Diretora enfatizou a produção de materiais contextualizados, o PNLD Campo e a articulação com a educação profissional. No que tange à Ação Climática e Agroecologia, foram elencadas ações de formação continuada, implantação de escolas agroecológicas e apoio a tecnologias sociais sustentáveis. Sobre Pesquisa, Avaliação e Monitoramento, foi anunciada a criação da Plataforma EduCampo Brasil e a publicação de anuários para acompanhamento da política. Por fim, no eixo de Coordenação Federativa e Governança, foram descritos os mecanismos de estruturação de comitês municipais, estaduais e nacionais, com participação social e incentivos via PDDE Equidade, além

da criação do Selo Elizabeth Teixeira para certificação das redes com melhores práticas. A Sra. Diretora concluiu detalhando os mecanismos de adesão das redes estaduais e municipais por meio do sistema Simec/MEC (<https://programas-simec.mec.gov.br>), com acesso a recursos do PDDE Equidade destinados a infraestrutura, formação e apoio à gestão. **7. Pauta deliberativa do Condraf. 7.1) Eleição da nova mesa diretora e 2ª vice-presidência do Condraf - revisão das representações do Condraf em outros colegiados e na COM.** Após oficializado o início da Pauta Deliberativa da 8ª Reunião do Condraf pelo Sr. Secretário-Executivo, os/as presentes debateram a necessidade de planejar as próximas reuniões, a recomposição da mesa diretora e a definição de métodos para garantir maior participação (em especial por parte dos(as) representantes do Poder Público) e organização, com encaminhamentos para reuniões em outubro e dezembro e possíveis revisões regimentais. Foi debatida a possibilidade de realizar a próxima reunião em outubro, caso haja boa participação, ou garantir espaço em dezembro, considerando as agendas dos participantes e a necessidade de tempo adequado para discussão das pautas. Sugeriu-se ainda a possibilidade de revisar o regimento interno, incluindo a reavaliação da vice-presidência da sociedade civil, como parte do processo de reorganização e fortalecimento do colegiado, e destacou-se a importância de definir um método claro para os espaços deliberativos do Condraf, evitando reuniões apenas consultivas e garantindo que o planejamento seja prioridade, sugerindo reservar dois dias para debater a reorganização e monitoramento das políticas públicas para a AF. Por fim, foi acordado que a mesa diretora atual permanece até nova eleição, assumindo a responsabilidade de planejar e agendar a próxima reunião para tratar da pauta e recomposição. Uma possibilidade de data para a próxima Reunião Extraordinária seria durante a semana da Conferência Temática de Reforma Agrária e Governança Fundiária (21/10 a 24/10) ou da Conferência de ATER (01/12 a 03/12). **7.2) Homologação/revalidação de territórios rurais encaminhados pelo Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial.** Em sequência foi lida e aprovada por unanimidade a Minuta de Resolução que revalida a homologação de oito (8) Territórios Rurais, sendo estes: Cerrado Sul Maranhense (MA), Alto Uruguai Catarinense (SC), Extremo Oeste Catarinense (SC), Planalto Norte Catarinense (SC), Oeste Catarinense (SC), Serra Catarinense (SC), Serra Mar (SC) e Dos Lagos (AM). Tal resolução ainda estabelece que a composição dos territórios revalidados será a mesma registrada até 2016 e eventuais ajustes serão encaminhados para análise pelo Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial e submetidos à apreciação pelo pleno do Condraf, conforme estabelecido pela Resolução nº 16, de 23 de maio de 2024. **7.3) Indicação e Substituição de Enviados(as) do Condraf para Grupos e Comitês. Grupo de Trabalho de Campos Naturais da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio):** Jaime Conrado de Oliveira (Cáritas Brasil) e Daniela Carneiro Maximo de Oliveira (Rede Ecovida) foram indicados como representantes provisórios do Grupo de Trabalho de Campos Naturais da Conabio. **Grupo da Terra do Ministério da Saúde:** Idalgizo José Monequi (Unefab) e Alexsandra Maria da Silva (Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)) foram indicados para o Grupo da Terra, responsável pelo controle social da política nacional de saúde das populações do campo, florestas e águas. **Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios:** Lidenilson Sousa da Silva (Movimento Camponês Popular) e Elizete Maria da Silva (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste) foram confirmados como titulares, com Oscar Alan Gomes dos Santos (Escola de Formação Quilombo dos Palmares) e Maria da Aparecida Geffer (Instituto

Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância) como suplentes, após discussão sobre dificuldades de participação e necessidade de substituição de membros ausentes. **7.4) Informes sobre a Organização e Balanço das Conferências Temáticas e Setoriais da 3ª CNDRSS.** A coordenação da 3ª CNDRSS realizou um balanço das conferências municipais, territoriais e setoriais, destacando a importância da mobilização, os números atualizados de eventos realizados e agendados, e a necessidade de maior engajamento da sociedade civil e do poder público estadual e municipal. Até o momento da 8ª Reunião Ordinária, haviam sido realizadas 138 conferências municipais, 84 territoriais e 13 temáticas/setoriais, com outras agendadas, e reforçada a importância da etapa digital para inclusão de propostas. Ademais, foi ressaltada a necessidade de maior participação da sociedade civil na comissão organizadora nacional e nas conferências, com apelo para que organizações mobilizem suas bases. **7.5) Calendário de Eventos e Ajustes de Datas:** O calendário de conferências e reuniões foi revisado, com destaque para eventos em outubro, novembro e dezembro, e ajustes para evitar sobreposição e garantir participação dos segmentos envolvidos. Foram ajustadas datas para conferências de mulheres, reforma agrária e povos tradicionais, além de considerar reuniões virtuais para balanço e planejamento, evitando sobreposição de agendas. Foi assumido o compromisso de buscar recursos e logística para garantir a participação do condraf nas conferências, especialmente na Conferência Temática de Reforma Agrária. **Encerramento.** Não havendo mais assuntos a tratar, o Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Condraf Samuel de Albuquerque Carvalho deu por encerrada a 8ª Reunião Ordinária do Condraf às 17h do dia 19 de setembro de 2025, no Auditório do Anexo I da Presidência da República em Brasília.